



CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE MAPEAMENTO DE DEMANDA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAPÁ, BRASIL.

Agnaldo Figueira da Rocha da Silva

RESUMO

Pretende-se nesse artigo analisar a educação profissional no Amapá, apresentando os novos desafios que lhes são impostos para a construção e a consolidação da proposta educacional que parte de uma política de inclusão social emancipatória e assim propor uma metodologia mapeamento de demanda para Educação Profissional no Amapá. A metodologia consistiu-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo-se a natureza descritiva para coletar dados através de aplicação de questionários a 15 gestores e técnicos de escolas de educação profissional localizadas no Estado do Amapá, com análise dos dados obtidos através da natureza qualitativa e quantitativa. A adoção destes mecanismos que sustentaram a pesquisa remeteu a resultados precisos na investigação, quando se constatou que a educação profissional técnica, não só a de nível médio, tornou-se uma preocupação governamental, de setores empresariais e de trabalhadores nos últimos anos, devido à retomada do desenvolvimento do mercado interno. Setores empresariais, órgãos e institutos vinculados à qualificação do trabalhador e à mídia apontam “um apagão da mão de obra” e sua baixa qualificação em Macapá e nos demais municípios que compõem o Estado do Amapá. O ensino de qualidade promovido pelos cursos que envolvem a gestão da educação profissional são realizados para complementar um serie de variáveis: Organização inovadora, aberta, dinâmica. Projeto pedagógico participativo. Docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente. Bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais. Relação efetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los. Infraestrutura adequada, atualizada, confortável. Tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Palavras-chave: Educação Profissional; Mercado de Trabalho; Demandas; Oferta de vagas.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta análises sobre a construção de uma metodologia de mapeamento de demanda da Educação Profissional no Amapá, Brasil. O estudo é importante porque contribui para o desenvolvimento dos conhecimentos sobre a educação profissional e as metodologias de identificação das demandas específicas para os cursos ofertados.

Confirmando portanto que o objeto da educação profissional não está só no sentido literal do verbo “educar”, mas, sim, no modo como se faz, ou seja, a forma como se deve prosseguir o pensamento sobre o tipo de distinções que se busca apresentar acerca do trabalho, das profissões, do profissionalismo, da moral, da ética e dos critérios em que o trabalhador pode se aperfeiçoar e torna-se mão de obra qualificada para ser útil ao mercado de trabalho local e regional.

Além disso, o desenvolvimento de estudos metodológicos sobre demandas da educação profissional é importante para a sociedade, por demonstrar uma pesquisa favorável a compreensão das necessidades do mercado de trabalho local e regional, e assim, proporcionar a identificação de cursos que possam qualificar trabalhadores para suprir a oferta de vagas de trabalho disponíveis, que requerem conhecimento técnico específico para serem preenchidas.

Nos últimos quatro anos, a educação profissional no Amapá tem lutado contra a inércia governamental em alocar recursos e realizar investimentos. Apesar desse quadro emblemático, as escolas existentes não tem deixado a mão de obra obsoleta, pois seus braços operacionais tem fomentado meios para tornar o processo de qualificação da demanda amapaense equiparada ao nível nacional, quiçá internacional.

É diante desse cenário que busca-se compreensão da forma de desenvolver uma metodologia de identificação da demanda que frequenta a educação profissional no Amapá. Buscando-se portanto, responder ao seguinte problemática: Como está acontecendo a metodologia de mapeamento da educação profissional no estado do Amapá?

O objetivo geral do artigo foi analisar a metodologia de mapeamento da demanda para Educação Profissional no Amapá. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se: analisar a metodologia de mapeamento implantada pelas Secretarias de Educação de outros estados brasileiros; e, analisar de que forma pode ocorrer o processo de organização e de planejamento de metodologia de mapeamento da educação profissional no Amapá.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PAPEL DA GESTÃO

Manfredi (2002) em sua obra *Educação Profissional no Brasil* afirma sobre a educação articulada ao trabalho que os povos das civilizações indígenas “foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de cerâmica, para adornos, (...) para as várias técnicas de cultivo da terra e para a produção de medicamentos” (p. 67) Não se tratava de uma formalidade institucional como hoje existe através da escola. Os indígenas executavam e aperfeiçoavam atividades fundindo práticas de trabalho com socialização e convivência no interior das aldeias. Esta característica de sociabilidade presenciada neste contexto foi se alterando à medida que a colonização se implementou trazendo consigo a cultura européia.

Na década de 1990, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96). Havia vários projetos em disputa, porém a versão final apontou para o interesse imediato de formação / qualificação profissional. Para regulamentar a educação profissional é editado o Decreto 2.208/97, sob a ótica de responsabilização dos trabalhadores pelos altos índices de desemprego, culpabilizando o indivíduo pela falta de qualificação e não ingresso no mercado de trabalho (MENDONÇA, 2005).

É importante destacar que através do Decreto 2.208/97, fruto desta reforma influenciada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Base (LDB Lei 9394/96), se efetivou a separação, no interior da Rede Federal, do conhecimento geral e conhecimento profissional. Dentre os pontos do Decreto 2.208/97 que delimita como objetivo da educação profissional no Art. 1º “qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho”. Enquanto que a separação pode ser vista em: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este.”

Essa visão dualista foi criticada, dentre outras, pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em sua análise sobre a dissociação entre o ensino médio e a educação profissionalizante (LIBÂNEO, 2007).

Atualmente, a educação profissional, destinada à formação da força de trabalho, é um tema que tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira. Quando comparado com outros temas, como o ensino superior, o ensino secundário e até a educação básica, a educação profissional, chamada por muitos

pesquisadores como ensino industrial-manufatureiro, aparece na bibliografia definida mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido a seu respeito (CUNHA, 2000).

Em 2008, através da Lei nº 11.741, a educação profissional técnica de nível médio passaria a constituir modalidade de ensino médio (seção IV-A da LDB), facultando a este grau de ensino a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas. As alterações procedidas por essa Lei propunham-se a “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008).

Afirma-se a necessidade de se adequar o currículo às características específicas dos alunos que atualmente freqüentam a educação profissional, para garantir sua permanência ao longo dos anos escolares. A proposição de um currículo baseado em novos critérios de seleção de conteúdos em novos critérios de seleção de conteúdos tem, assim, não apenas o sentido de ser instrumento de democratização da escola, mas também efeitos na produção de livros e material didático e na orientação para a formação de professores.

Há urgência em desestruturar velhas práticas pedagógicas que, ao se cristalizarem, tornam-se um “ranço” na educação. Compreender o verdadeiro sentido de uma visão pedagógica humanitária é desenvolver uma educação voltada para a realidade, para uma vida centrada num espírito crítico, reflexivo e criativo. O profissional de educação tem o seu papel de relevada importância neste processo, quando ele atua como interventor na aprendizagem, trazendo para seus discípulos, o conhecimento já sistematizado para que o aluno atue sobre ele, reelaborando, recriando criticamente e transformando-os em vida para ser compartilhada em sua comunidade. É preciso melhorar a qualidade do ensino através de currículos adequados, conteúdos articulados com a realidade social, objetivos únicos e definidos, adequação metodológica, qualificação docente, administração colegiada entre outros.

O Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade educação de jovens e adultos é uma realidade nas instituições federais de ensino profissional desde o ano de 2005, quando foi instituído pelo Decreto n.º 5.478/2005 e substituído pelo Decreto n.º 5.840/2006. Na história de luta da educação de jovens e adultos, o PROEJA é visto como uma conquista, primeiro por trazer uma formação profissional e segundo pela obrigatoriedade de oferta na rede federal.

A partir deste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da

organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infra-estrutura para oferta dos cursos dentre outros (CIAVATTA, 2009).

O documento Base do PROEJA lançado no ano de 2007, após a instituição do Decreto n.º 5.840/2006, colocou a educação profissional na possibilidade de articulação com a educação de jovens e adultos através de orientações e concepções para prever a forma concomitante de desenvolvimento do PROEJA.

O grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função das especificidades dos sujeitos da EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros), a superação das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola é um aspecto fundamental (ARROYO, 2004).

Percebe-se então que a qualificação pretendida pelo PROEJA requer a integração entre os conhecimentos gerais e os profissionalizantes tendo em vista fornecer conhecimentos que possibilitem aos alunos do PROEJA a flexibilidade para migrarem de uma ocupação a outra, melhorando suas próprias condições de vida.

A Lei 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e oferta educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Os institutos federais, a exemplo do Instituto Federal do Amapá (IFAP), que teve seu surgimento em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534. Transformou-se em Instituto a partir da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabelece a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Iniciou as atividades no ensino em 8 de setembro de 2010, com a oferta de cursos técnicos nos câmpus Laranjal do Jari e Macapá.

Atualmente, são atendidos mais de 900 estudantes em cursos técnicos, nas modalidades Integrados ao Ensino Médio e Subsequentes ao Ensino Médio, e superiores - Licenciatura em Informática e Licenciatura em Química. Além disso, oferece outros cursos que atendam demandas específicas do mercado de trabalho ou da comunidade do entorno de cada campus.

Assim, para dar conta do PROEJA no Amapá, o Ifap possui uma estrutura capaz de atender as necessidades, apesar de no governo do Estado do Amapá existirem profissionais

qualificados para ministrarem o currículo do PROEJA na estrutura federal, mas questões burocráticas impedem que o processo prossiga e se efetive com sucesso.

As iniciativas do governo, encerram possibilidades de elevação de escolaridade com caráter precário e aligeirado, porém anunciadas como portadoras potenciais de inclusão. Assim, elas demonstram que os governos, para “solucionar” os problemas do sistema educacional brasileiro, têm optado por ações que alteram apenas os dados estatísticos como se possível fosse apagá-los com uma borracha para corrigi-los. Nessa perspectiva, as ações são focais, restritas a pequenos grupos e não radicais. Além disso, o financiamento da educação pública, especialmente para a modalidade da EJA, ainda permanece muito aquém das necessidades da sociedade.

METODOLOGIA

Faz-se necessário entender que a pesquisa objetiva elevar a escolaridade e a inserção cidadã de jovens e adultos no mundo do trabalho, por isso, pretende-se abordar de que forma, metodologicamente, pode-se identificar as necessidades da demanda que procura a Educação Profissional no Amapá. Para tanto, optou-se em construir uma pesquisa com o tipo de investigação qualitativa e quantitativa.

Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos afirmar que ela assume a forma de pesquisa de campo, procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Em função do número de população ser acessível foi utilizada a amostragem não probabilística, quando apenas alguns elementos da população têm probabilidade de serem selecionados (McDaniel e Gates, 2003).

Nesta investigação recorreu-se a uma amostra não probabilística por conveniência constituída por 20 indivíduos (com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos e maioritariamente residentes no Estado do Amapá). De acordo com Barañano (2004), este tipo de amostra, tal como o nome indica, é efetuada de forma arbitrária em função da conveniência da pesquisa.

Para a realização da presente pesquisa foi elaborado um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas.

A abordagem qualitativa é um tipo de pesquisa que possibilita analisar aspectos subjetivos, como percepções, compreensão do contexto da organização e dinâmica das interações grupais (RICHARDSON, 2007).

A abordagem quantitativa é utilizada para avaliar mudanças em grandes organizações. Quando se trata de programas abrangentes, como reestruturação do trabalho, onde estão envolvidos, recrutamento e seleção, sistema participativo, programa de incentivos, identificação de lideranças, programas de cargos e salários (ROESCH, 2009).

Os dados coletados foram compilados no programa Microsoft Excell 2010 e, em seguida, posterior análise dos resultados. A análise estatística das variáveis foi feita através de tabelas e/ou gráficos. Para as variáveis quantitativas foram calculadas as médias aritméticas das respostas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Um total de 15 gestores de Centros e Escolas de Educação Profissional participaram desta investigação. A média de idade apresentada pelos indivíduos foi de 44,8 anos, com idade mínima de 32 anos e máxima de 64 anos. A maioria dos entrevistados (67%) reside no município de Macapá, local em que se encontram a maior quantidades de escolas e centros de educação profissional no Amapá. Seguido de 17% do Laranjal do Jari e 16% no município de Santana.

Desde 2008 o Amapá vem mantendo saldo positivo na geração de emprego, crescente a cada ano, com destaque para 2011, quando foi considerado o estado que mais gerou empregos com carteira assinada em todo o Brasil, em termos proporcionais.

Em 2013, os dados do Caged demonstram um crescimento nos salários médios de admissão em relação ao ano de 2012. Em todo o Brasil, o salário médio de admissão passou de R\$ 1.076,23 em 2012 para R\$ 1.104,12 em 2013, um aumento real de 2,59%, tomando como referência os salários médios dos respectivos anos e o INPC médio.

Os dados contidos no gráfico 1 são demonstrativos, segundo a opinião dos entrevistados, sobre os potenciais setores da economia local e regional que mais ofertam vagas de trabalho. Dessa forma, as principais citadas foram: Comércio, Turismo, Agricultura, Hotelaria e Serviço Público.

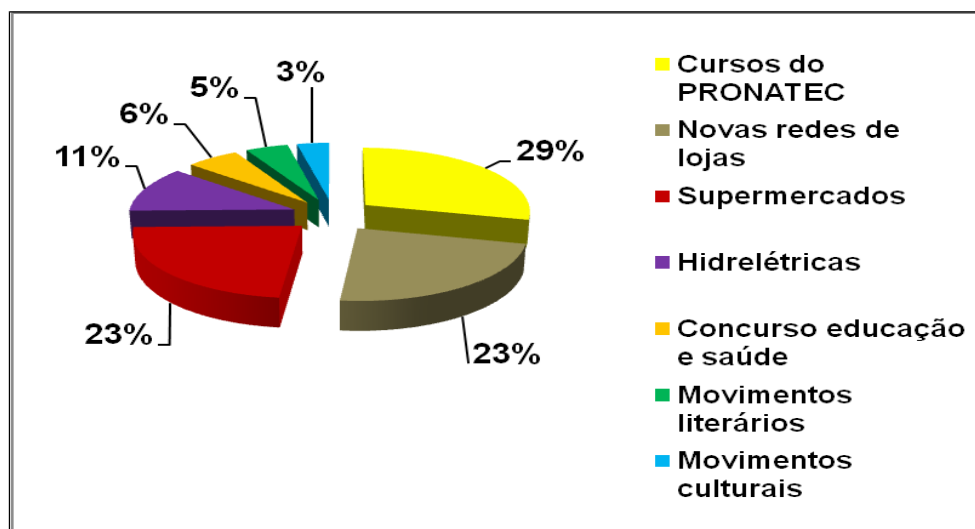
Gráfico 1. Atividades (trabalho) ofertadas no município (potenciais de empregabilidade).



Tal informação é confirmada em vários meios de comunicação local e pelo IBGE (2014), ao publicar que o Amapá gerou 3.156 empregos celetistas (com carteira assinada) em 2013, considerando a série ajustada – que incorpora as informações declaradas fora do prazo –, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os números representam um crescimento anual de 4,17%, por conta, principalmente, da expansão do emprego nos setores do Comércio (+1.520 postos) e de Serviços (+1.252 postos).

Em dezembro de 2013, por razões sazonais que marcam a série do Caged (entressafra agrícola, férias escolares, período de chuvas, término das festas no final do ano), que permeiam quase todos os setores/subsetores verificou-se declínio de 0,92% no nível de emprego ou -717 postos de trabalho. No entanto, mesmo com a retração em dezembro, no acumulado do ano – período que compreende janeiro a dezembro de 2013 –, o Amapá foi o segundo estado que mais empregou entre os estados da região Norte, ficando atrás somente do Amazonas, que registrou crescimento de 5,39%.

Gráfico 2. Mudanças que ocorreram nos últimos quatro anos no município.



O gráfico 2 apresenta informações relevantes sobre as contribuições sofridas nos principais setores que mais contrataram mão de obra no município. Dessa forma, segundo as opiniões obtidas com o questionário, cerca de 29% disseram que os cursos ofertados pelo Pronatec contribuíram para o crescimento do emprego.

De acordo com um dos entrevistados, em sua resposta afirma que: “O Pronatec já conseguiu inserir vários cursistas no mercado de trabalho; A construção de moradias empregou centenas de funcionários na construção civil” (Entrevistado A, 2014).

Nas demais respostas, demonstra-se o entendimento dos entrevistados sobre as principais mudanças ocorridas em seus municípios com a realização da Educação Profissional:

Sim, ocorreram mudanças na economia com ampliação do comércio local, onde foram criadas novas redes de lojas e supermercados, a construção civil também está com crescimento expressivo e conseqüentemente o aumento no campo social e cultural. Com certeza, no comércio e na construção civil houve um aumento significativo, assim gerando emprego e renda para a população amapaense (Entrevistado B, 2014).

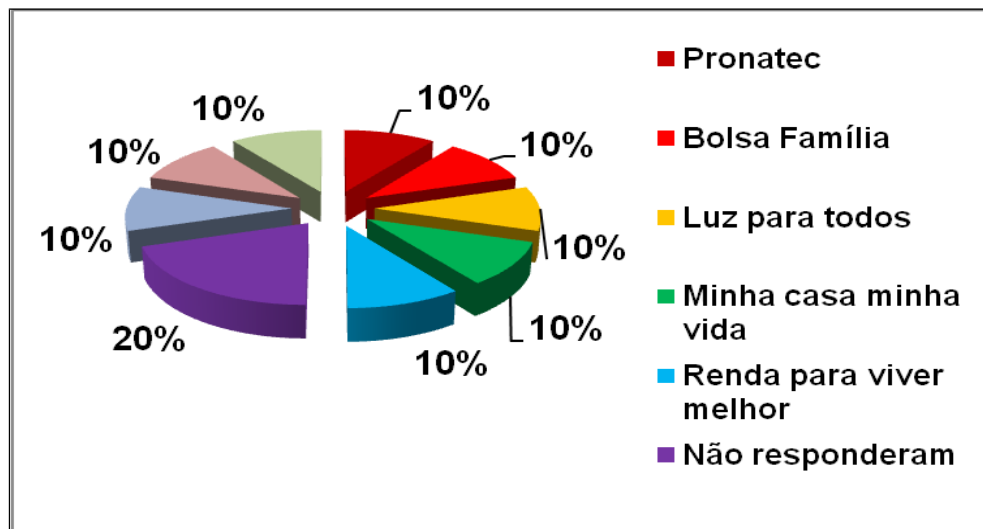
Sim com a instalação da Hidrelétrica no município de Laranjal do Jari o setor de serviços foi bastante aquecido, com a contratação de uma média de mais de 2000 funcionários de diversas áreas. Setor público com a contratação de muitos profissionais na área da educação, saúde e administração. O setor de alimento também foi bastante aquecido com a vinda de muitas pessoas de fora do município que estavam a trabalho na região, bem como do acesso a esses serviços pelas pessoas do município. O setor cultural também foi bastante aquecido nesse período. Sim, foram criadas vagas de emprego nos serviços de construção civil, profissionais da educação, saúde, comércio em geral e diversão (Entrevistado C, 2014).

Para que as organizações obtenham com maior facilidade a mão-de-obra especializada, esta tão importante para operações de produção e serviço, é necessário que: as Escolas que ministram cursos técnicos invistam pesado na valorização dos educadores; amplie o número de escolas técnicas; o mercado empresarial faça também sua parte investindo cada vez mais no aprendizado e formação de seus funcionários.

Deve-se encontrar maneiras de valorizar cada vez mais este tipo de mão de obra no mercado amapaense, como por exemplo, campanhas específicas realizadas pelo governo e pelas empresas.

Diante dos fatos, pode-se inferir que a escassez de mão-de-obra especializada não deverá ser superada tão brevemente, mas é importante lembrar que o governo juntamente com o mercado empresarial pode ampliar o número de cursos profissionalizantes, assim como, valorizar todos que fazem parte da aplicação da Educação Profissional e motivar as pessoas sobre a importância e valorização de um profissional técnico no mercado de trabalho.

Gráfico 3. Gestores e técnicos por investimento público ou de empresas privadas para o município.



Nos municípios que possuem Educação Profissional, percebe-se que os investimentos sociais ocorreram mais com participação de fundos de origem pública (governamental). A iniciativa privada não possui a cultura de auxiliar nas questões sociais (locais e regionais). Como se pode constatar no gráfico 11, 20% preferiram não responder a pergunta sobre os investimentos públicos e privados que foram feitos em seus municípios.

Além disso, conforme o gráfico 3, cerca de 10% disseram que o investimento foi federal pelo Pronatec, 10% citaram o Bolsa Família, 10% disseram o Luz para todos, 10% salientaram Minha Casa e Minha vida, 10% o Renda para viver melhor.

Nesse sentido, a economia brasileira e amapaense precisa de profissionais qualificados para continuar a crescer. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) nasceu com o objetivo de facilitar o acesso ao ensino de qualidade para os brasileiros de norte a sul do país. A iniciativa, criada pelo Governo Federal e apoiada por instituições de ensino em todo o país, conta com a participação do Senac desde a elaboração de programas de incentivo até a oferta de vagas gratuitas nos seus cursos de Educação Profissional.

O Pronatec beneficia brasileiros jovens e adultos de baixo poder aquisitivo. A parceria do Governo Federal com o Senac possibilita às pessoas assistidas acesso a bolsas-formação. Há dois tipos: a bolsa-formação estudante e a bolsa-formação trabalhador. A bolsa-formação estudante destina-se a alunos da rede pública de ensino médio e da rede privada na condição de bolsista integral para participação em cursos técnicos a partir de 8:00h.

Já a bolsa-formação trabalhador é destinada a pessoas de baixo poder aquisitivo e trabalhadores em geral para participação em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Em ambos os casos, os beneficiários terão direito a cursos gratuitos e de qualidade, assistência estudantil e todos os materiais escolares necessários.

O Senac poderá atender também aos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) Técnico, que provê linhas de crédito direto aos que já tenham concluído o ensino médio - em caráter individual (Fies Estudante) ou por meio de empresas que queiram qualificar seus empregados (Fies Empresa).

A ampliação de vagas e a expansão das redes estaduais de Educação Profissional prevêm a oferta, pelos estados, de Ensino Médio concomitante com a Educação Profissional a partir do Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2008 pelo governo federal mediante convênios com os estados e que se encontra em execução. Seus investimentos são destinados à construção, reforma e ampliação de centros de Educação Profissional.

Outra ação do PRONATEC é a criação da Bolsa-Formação. A Portaria nº 1.569/2011 – que fixa as diretrizes para a sua execução –, vai além das redes públicas e inclui as unidades de serviços nacionais de aprendizagem, como o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e o Serviço Nacional de Indústria (SENAI). Os critérios para a participação dos alunos a partir de 2012 foram definidos de diversas formas por cada estado, como a pobreza, o sorteio, a seleção, a residência próxima aos cursos, o desempenho escolar, as situações de risco, os

participantes de programas sociais, a frequência, os matriculados em 2º ou 3º ano do Ensino Médio etc.

A continuidade do Acordo de Gratuidade do governo com o Sistema S, mediante a ampliação da oferta através dos recursos recebidos pela contribuição compulsória e a previsão de ampliação da capacidade dos serviços, no que concerne à infraestrutura e aos equipamentos, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também fazem parte das iniciativas do Programa. A consolidação da Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede E-TEC) que oferta cursos técnicos em pólos, na modalidade a distância, corrobora igualmente a assertiva mencionada no parágrafo anterior e demonstra a transferência de recursos públicos para o setor privado.

O Fundo de Financiamento Estudantil, uma ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, prevê a realização de cursos técnicos subseqüentes ao Ensino Médio para alunos em escolas privadas e/ou vinculadas ao Sistema Nacional de Aprendizagem, não estando os critérios de participação até o mês de fevereiro deste ano, regulamentados.

Gráfico 4. Problemas do ensino profissional no município

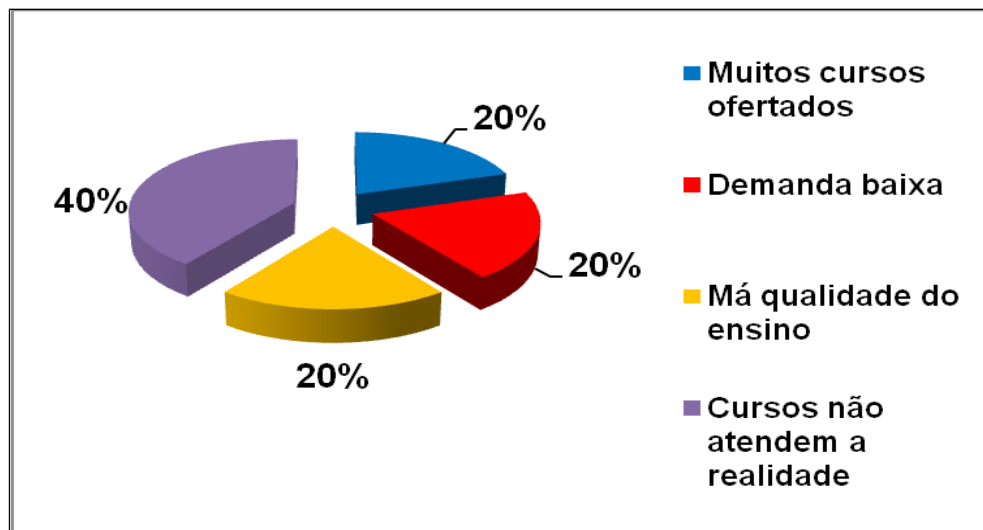


Gráfico 5 apresenta informações sobre os principais problemas na educação profissional descrito nos discursos dos entrevistados. Obteve-se com 40% que os cursos ofertados não atendem a realidade da demanda, 20% citaram má qualidade do ensino, 20% demanda baixa e 20% muitos cursos ofertados.

Para Libâneo et al. (2003, p. 115) a administração é vista como um processo racional de organização, de influência estabelecida de fora para dentro das unidades de ação, bem

como do emprego de pessoas e de recursos, de forma racional e mecanicista, para que os objetivos organizacionais sejam realizados. O ato de administrar corresponderia a comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a maneira distanciada e orientada por uma série de pressupostos.

Hoje, em educação não se usa mais a terminologia “Administração”, e sim “Gestão”. Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LIBÂNEO et al., 2001).

Com os novos tempos os modelos de gestão empresarial mudaram; acompanhando as inovações do presente as organizações, incluindo as escolas, não podem ficar paradas, seu modelo administrativo precisa ser reformulado. Tais fatos estão associados a um novo papel do Estado e de suas instâncias e a uma reformulação dos cursos de formação do profissional em educação. A administração de uma nova visão de mundo exigirá, uma mudança de postura do educador, como transmissor de tal visão de mundo.

De acordo com Santomé (1998, p. 47): “Toda esta extensão territorial tende a complicar de maneira ríspida este processo, uma vez que a diversidade sócio-cultural de cada região do país poderá interpretá-lo de maneira diferenciada, levando então a um entendimento dualizado ou difuso”.

Em seguida, pretende-se desse momento, apresentar os resultados feitos pelos gestores e técnicos da educação profissional no Amapá sobre aspectos mensuráveis ou possíveis de serem avaliados perceptoriamente sobre a demanda da Educação Profissional nos territórios analisados. Essas informações foram organizadas na Tabela 1 a seguir, e buscou-se a avaliação dos participantes da pesquisa por meio de conceitos: excelente, regular, bom e péssimo, apresentando-se os resultados por meio dos valores absolutos da resposta (N) e a porcentagem (%) de cada resposta.

Tabela 1. Avaliação aspectos da demanda da educação profissional.

Aspectos da demanda	Conceito							
	Excelente		Regular		Bom		Péssimo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ingresso nos cursos profissionais	4	26,6	8	53,3	3	20,1		
Dos meios de transportes que dão acesso a estes cursos					8	53,3	7	46,7
E do número de vagas oferecidas	15	100						
E das áreas oferecidas	9	60	6	40				
Da variedade das instituições			6	40	6	40	3	20
Da qualidade dos cursos	15	100						
E da qualidade das instituições			6	40	9	60		

Sobre o primeiro item da tabela 1, cerca de 56,6% das respostas confirma que a procura pelos cursos é excelente.

Na comparação com os países mais ricos, o Brasil também está numa situação ruim quando se trata de opção pelo ensino técnico. Nas 34 nações mais desenvolvidas, a média dos jovens fazendo educação profissional é 35%, segundo a OCDE. No Brasil, a pesquisa do Ibope revelou que fica em 6%, se somarmos os que cursam o ensino médio integrado ao técnico e apenas o ensino profissional.

Para 53,3% das respostas, os meios de transporte que dão acesso aos cursos são bons e 46,7% disseram que são transportes ruins.

O transporte de pessoas, produtos, objetos enfim é uma necessidade encontrada desde os primeiros seres humanos que se deslocavam-se de um lado para o outro e precisavam levar consigo seus pertences, essa realidade nos dias atuais não mudou muito, a diferença é apenas que tempos atrás a dificuldade de locomoção era muito grande sem contar ainda que não possuíam ferramentas e equipamentos que hoje desfrutamos e, por isso os meios de transportes eram muito fracos que chegavam a demorarem cerca de 3 a 4 dias para percorrerem uma distância que hoje é possível percorrer em poucas horas. Essa necessidade fez com que com o passar do tempo os seres humanos se preocupassem cada vez mais com os meios de transportes e a importância que os mesmos possuíam para eles, procurando então realizar melhorias que foram possíveis principalmente devido as transformações que ocorrem com a modernização.

Atualmente os meios de transportes disponíveis para a nossa locomoção são muitos, em que vem causando grandes transtornos no trânsito brasileiro devido ao excesso e ao desrespeito a legislação atuante. Os meios transportes são diversos e infelizmente nem todos tem a possibilidade de ter acesso ao um meio particular e por isso é que foi criado os

transportes públicos, em que toda a sociedade poderia utilizá-los para se deslocarem de um ponto a outro e até mesmo de região a região.

Para todos os entrevistados o número de vagas ofertadas pelas escolas de educação profissional no Amapá é excelente. Esse resultado, para a entrevistada F, mais alunos também significa mais trabalho para os docentes. "Não acredito em queda na qualidade. Teremos mais turmas, o que significa mais aulas e maiores ganhos para os professores". Mesmo com o incentivo, a maioria dos entrevistados defende que se adotem medidas para a valorização do ensino profissional. O governo precisa oferecer mais cursos de ensino médio que também ensinem uma profissão.

Cerca de 60% diz que as áreas atendidas com oferta de vagas nos cursos profissionais é excelente,

Em relação a variedade de instituições de educação profissional no amapá, 40% declarou que é uma variedade boa, 40% disse ser regular e 20% afirmaram que é péssimo.

Por fim, todos confirmaram que os cursos ofertados são de qualidade e para 60% as instituições são boas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional técnica, não só a de nível médio, tornou-se uma preocupação governamental, de setores empresariais e de trabalhadores nos últimos anos, devido à retomada do desenvolvimento do mercado interno. Setores empresariais, órgãos e institutos vinculados à qualificação do trabalhador e à mídia apontam “um apagão da mão de obra” e sua baixa qualificação em Macapá e nos demais municípios que compoem o Estado do Amapá.

As carências são visíveis em áreas de infraestrutura, na indústria da construção civil, na área de informática, de relações comerciais, no desenvolvimento da agricultura e agropecuária além de alimentação. Para uma compreensão das mudanças mais recentes, abordou-se nessa tese diferentes etapas das relações entre desenvolvimento capitalista, políticas educacionais e as exigências formativas adequadas a essas mudanças.

De 2001 a 2010, a expansão do ensino médio regular e normal e/ou magistério no Brasil sofreu um arrefecimento no seu ritmo, pois, no período, as matrículas tiveram um leve decréscimo, da ordem de menos 3,0%, passando de 8.398.008 vagas para 8.141.957. A rede que mais ofertava o ensino médio regular e o normal e/ou magistério em 2010 era a pública, com participação de 88,1%, e, quanto à dependência administrativa, sobressai a estadual.

A crescente consciência da necessidade de elevar o nível de qualificação do ensino básico e de preparo mais direto para o mercado de trabalho, e não necessariamente nas áreas mais avançadas da economia, ficou evidente, quando bastou um crescimento econômico mais consistente para que se constatasse a fragilidade e/ou carência de mão de obra em setores tradicionais como construção civil, por exemplo.

O ensino de qualidade promovido pelos cursos que envolvem a gestão da educação profissional são realizados para complementar um serie de variáveis: Organização inovadora, aberta, dinâmica. Projeto pedagógico participativo. Docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente. Bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais. Relação efetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los. Infraestrutura adequada, atualizada, confortável. Tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

A Educação profissional precisa ter um lugar próprio tanto do ponto de vista da formação educativa quanto da institucionalidade.

Fala-se de financiamento e de diversidade na oferta, acredito que se precisa criar um arcabouço legal que permita aos municípios intervirem mais concretamente na educação profissional. Hoje, tanto a educação profissional quanto o ensino médio estão na esfera dos estados, e os municípios têm dificuldades de investir nestas alternativas, se as considerarem necessárias.

Preocupam-me as categorias como trabalho, ciência e tecnologia e cultura, pois somos muito bons no discurso, mas não sabemos dizer para o professor como isso se traduz concretamente, dentro da sala de aula, como o aluno aprende e apreende essa articulação. Reitero o necessário incentivo à pluralidade, à diversidade de propostas curriculares, metodológicas, para que se pudesse discuti-las.

Tenho duas outras sugestões. Falamos dos docentes e nos esquecemos de todos os outros profissionais da escola, a começar dos diretores, mas não só. Creio também que é preciso ousar um pouco mais nas possibilidades de integração. Por exemplo, por que não fazer a integração de cursos presenciais e a distância?

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya. **Setor de construção civil : segmento de edificações**. Brasília, SENAI, 2005.

ARROYO, Miguel G. **Assumir nossa diversidade cultural**. In: Revista da Educação da AEC, Brasília, 25 (98): 42-50, jan/mar, 1996.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

BRASIL. **Parecer nº 11, de 9 de maio de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. **Parecer nº 39, de 8 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

BUFFA, E. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987. Educação e cidadania burguesas. (Col. Polêmicas de Nosso Tempo, 23).

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação 89, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2013.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC: UNESCO, 1998.

DOURADO, L. F. **O Público e o privado**. In: Estado da Arte em Políticas em Gestão da Educação. Brasília: ANPAE, 1999. Associação Nacional de Política E Administração da Educação, 1999.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. IN Educação e Sociedade., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep, 2006.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOMES, Heloisa Maria e MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional**. São Paulo: Senac, 2004.

KLEIN, P. S. **Early childhood education: Seventy-first yearbook of the National Society for the Study of Education**. Chicago: University of Chicago Press. 1996.

LIBÂNEO, José et al. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização** São Paulo: Cortez, 2003.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS Isabel Letícia P. **Gestão Escolar Democrática: Concepções e Vivências**, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. Rio de Janeiro : Vozes, 1988.

LUCK, Heloísa et al. **A Escola Participativa: o Trabalho do Gestor Escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **A Carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência**. Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS, v. 1, 2008, p. 11-28.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. Cortez Editora, São Paulo 2002.

MARÇAL, Lena Maria Pires Correia Lopes. **A formação inicial dos educadores: professores e professoras**. Rizoma freireano, n. 12, ago. 2012, pp. 34-49. Disponível em: <<http://www.rizoma-freireano.org/index.php/a-formacao-inicial-dos-educadores-professores-e-professoras-lena-maria-pires-coreia-lobes-marcal>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

MEIS, Leopoldo de. **Ciência, educação e o conflito humano-tecnológico**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

MENDONÇA, Celma Concesso. **Real Significado da Reforma da Educação Profissional nos anos 90**. In.). Educação e trabalho na sociedade capitalista – reprodução e contraposição. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PEREIRA, Samara Cristina Silva, PASSOS, Guiomar de Oliveira. **As políticas para a educação profissional técnica de nível médio: dois projetos em disputa**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 23-26 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/-jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/AS_POLITICAS_PARA_EDUCACAO_PROFISSIONAL_TECNICA_DE_NIVEL_MEDIO_DOIS_PROJETOS_EM_DISPUTA.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-34.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SÃO PAULO. **Lei nº 9.192, de 23 de novembro de 1995**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A concepção de Linguagem como instrumento: um questionamento sobre práticas discursivas e educação forma**. Temas em psicologia, n.º 2, Campinas, 1995, p. 11-21.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.nupe.ufpr.br/angelotese.pdf> >. Acessado em: 20 jan. 2014.

TORRES, Rosa Maria. **Alfabetización y apredizaje a lo largo de toda la vida**. IN.: Revista Interamericana de Educación de Adultos. Ano 28, n°1. México: Janeiro/Junho de 2006, p. 25-38.

UNESCO. **Conferência internacional sobre a educação de adultas**. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: MEC: UNESCO, 2006.

VILLAVERDE, João. **Despesa com terceirização cresce 82% no governo federal**. Valor econômico, 26 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://amapanocongresso.blogspot.com.br/2011/09/despesa-com-terceirizacao-cresce-82-no.html>>. Acessado em: 23 de dezembro de 2014.